

REQUERIMENTO Nº 730, de 2016

MARRAQUEXE-MARROCOS



**Relatório da Missão Oficial do Senador Jorge Viana,
Vice-Presidente do Senado Federal, à Marraquexe-
Marrocos**

07 a 18/11/2016

1. O convite

Como representante do Senado Federal do Brasil, na condição de Vice-Presidente da Casa e por designação da Comissão Mista Permanente Sobre Mudanças Climáticas-CMMC, tive a oportunidade de participar como convidado, da Conferência das Partes da Convenção - Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas – COP 22. A Conferência ocorreu em Marraquexe-Marrocos, no período de 7 a 18 de novembro. Fizeram parte da comitiva oficial os senadores Fernando Bezerra(PSB-PE), Relator da Comissão Mista de Orçamento, a senadora Vanessa Grazziotin(PC do B-AM) e a senadora Lídice da Mata(PSB-BA).

2. A COP 22/2016

A COP 22 é a Conferência Anual das Nações Unidas (ONU) que reúne representantes de diversos países para discutir as mudanças no clima do planeta. Representantes de 192 países se reuniram para tirar do papel o Acordo de Paris, que busca frear o aquecimento global. Foram 15 mil participantes, entre eles cientistas, ONG's, empresas e representantes de governos.

De acordo com o subsecretário de Meio Ambiente do Itamaraty, embaixador José Antônio Marcondes de Carvalho, a conferência marcou o momento de regulamentação do Acordo de Paris e de como essas regras serão definidas e regulamentadas pelos países.

Esse foi um fato inédito na história da ONU, o acordo foi ratificado massivamente e desde 4 de novembro entrou em vigor. Os países agora correm para detalhar e acordar sobre o livro de regras para sua implementação, trabalho que deve ser concluído até o fim de 2018.

No Brasil, o acordo foi aprovado pelo Congresso Nacional em menos de três meses e contou com a minha contribuição para que ocorresse com tranquilidade. Marcondes

garantiu que o Brasil tem pressa em implementar as ações do acordo, pois tem tido posição de grande liderança no assunto. "É um dos países que mais reduziu as suas emissões de gases de efeito estufa na última década. Apresentou metas ambiciosas, tomando iniciativa de apresentar propostas mais robustas e para o âmbito de toda a economia", afirmou.

Acordo de Paris



Firmado em dezembro de 2015, o acordo estabelece mecanismos para que todos os países limitem o aumento da temperatura global e fortaleçam a defesa contra os impactos da mudança climática. Dos 192 países que se comprometeram a adotar o acordo, 100 já ratificaram as medidas, informou a presidente da COP-21, Segolene Royal, na abertura da conferência.

Considerado um dos países com metas mais ambiciosas, o compromisso brasileiro é cortar 37% das emissões até 2025, com indicativo de reduzir 43% até 2030. Outras metas brasileiras são aumentar a participação de bioenergia sustentável na matriz energética para aproximadamente 18%, restaurar e reflorestar 12 milhões de hectares de florestas,

bem como aumentar em 45% a participação de energias renováveis na composição da matriz energética até 2030.

“É um grupo de discussão, de viabilização, de como devemos trabalhar de forma mais intensa a questão do biocombustível. Muita ênfase tem havido em matéria de mudanças no uso da terra, geração elétrica, mas menor ênfase tem sido dada ao setor de transportes”, explicou Carvalho.

Segundo o embaixador, o Brasil lançará a Plataforma do Biofuturo, elaborada junto a outros países, para colocar os biocombustíveis no centro dos debates.





Proposta brasileira

O Brasil é considerado um dos países com a meta mais ambiciosa. Assumimos o compromisso de cortar 37% das emissões até 2025, com possibilidade de redução de 43% até o ano de 2030. Outros objetivos do nosso país são: aumentar participação de bioenergia sustentável para 18%, restaurar e reflorestar 12 milhões de hectares de florestas e aumentar em 45% a participação de energias renováveis até o ano de 2030.

Como podemos perceber, são metas ambiciosas, mas possíveis e necessárias para um País que tem pretensões de ser uma liderança na temática ambiental.

A COP-22 é uma importante tentativa do homem de se reconciliar com a natureza. E não existe nada mais importante que isso, pois estamos falando da sobrevivência do planeta Terra e da necessidade imediata de mudarmos radicalmente nossa relação com o meio ambiente. Do jeito que vivemos, a situação está insustentável.

De acordo com o secretário de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental do Ministério do Meio Ambiente, Everton Lucero, o principal objetivo do Brasil a ser

trabalhado nesta conferência foi atrair investimentos para setores alinhados com as metas de redução de carbono, como os de agricultura de baixo carbono, de reflorestamento e recuperação e de energias renováveis.

Outro ponto fundamental é a ajuda aos países mais pobres para que consigam implementar políticas de redução de desmatamento e poluição. Ficou acordado que entre 2025 e 2030 seria mantido um Fundo Climático com US\$100 bilhões por ano para financiar projetos sustentáveis.

Segundo o secretário é necessário que se avance em como esse montante de dinheiro será assegurado, como os países mais ricos vão dar esse aporte. “Precisamos ter até 2020 dez vezes desse montante por ano. ”





82% da vida em nosso planeta já foi afetada pelas mudanças climáticas

Foi divulgado pela revista Science um novo estudo que traz a alarmante conclusão de que 82% da vida em nosso planeta já foi afetada pelas mudanças climáticas, em especial pelo aquecimento global. A divulgação do estudo aconteceu durante a realização da COP 22 que busca consolidar o Acordo de Paris e promover efetivas ações de diminuição do efeito estufa no planeta.

Ou seja, a maioria dos seres vivos da terra já estão sofrendo alterações significativas em relação aos seus processos ecológicos fundamentais. A diversidade genética, os modelos migratórios, alterando características físicas e fisiológicas de espécies, entre outros problemas graves.



Os cientistas responsáveis pela pesquisa se disseram muito surpresos pela profundidade e alcance dos impactos verificados, já que a temperatura do planeta está mais alta 1°C em relação aos níveis pré-industriais. Trazendo grandes temores caso esse aumento de temperatura continue.

"Estamos simplesmente espantados com o nível de mudanças que observamos. A comunidade científica ainda não as esperava (...). Não é mais sensato considerar isso uma preocupação do futuro e, se não agirmos para cortar emissões [de gases do efeito estufa], todo ecossistema na terra mudará fundamentalmente em breve." Afirmou James Watson, um dos autores da pesquisa.

AFINAL, O QUE SIGNIFICA REDD+?



Em tempos de Conferência da ONU sobre Mudanças Climáticas, um termo muito falado e usado tem sido o REDD+. Essa sigla significa "Redução das Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal".

Na prática, o REDD+ é um sistema de incentivos econômicos que objetiva reduzir emissões de gases de efeito estufa ligadas a desmatamento, degradação das florestas e redução da cobertura florestal.

A ideia do REED+ é fornecer incentivos financeiros para os países que obtiverem bons resultados no combate ao desmatamento e à emissão de gases.

O Brasil tem muito a ganhar com o REDD+. Segundo o Serviço Florestal Brasileiro (SFB), as áreas florestais remanescentes representam ainda 54% do território nacional (463 milhões de hectares). Dados do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicação (MCTIC) mostram que, de 1990 a 2012, as emissões totais brasileiras foram reduzidas em 13,4%, passando de 1,389 bilhões de toneladas de CO₂ (1,389 gigatoneladas de CO₂) equivalente para 1,203 bilhões.

Nós consideramos importante fortalecer o debate em torno do Redd+ como uma forma de financiamento para a diminuição da emissão de gases de efeito estufa. A redução de quase 80% do desmatamento dá ao Brasil mais credibilidade nas discussões sobre a questão climática. Lembro, porém, que a derruba das florestas ainda está relacionada à atividade econômica e social para uma boa parcela da população, especialmente na Amazônia. As florestas não podem ficar só no aspecto de redução do desmatamento, elas têm que ser vistas como ativo econômico em todos seus aspectos. E é isso que essa nova discussão pode abrir.

Em 2009, com a aprovação da Lei que instituiu a Política Nacional sobre Mudança Climática, o governo brasileiro voluntariamente se comprometeu a reduzir entre 36,1% e 38,9% as emissões de CO₂ projetadas até 2020. Isso representa uma redução das emissões projetadas de até 1.259 milhões de tonCO₂eq.

Como Senador, em 24 de novembro de 2015, apresentei um projeto de lei para fixar metas para 2025 (redução de 37%) e 2030 (redução de 43%). Meu projeto é importante porque a lei atual fixa metas para redução das emissões apenas até 2020. O Senador Capiberibe já apresentou parecer favorável a esse projeto, que consta da pauta de votações da Comissão de Meio Ambiente do Senado.



Com o Acordo de Paris, o desafio que ficou para todos era saber quando os países vão ratificar e transformar em obrigação, com a aprovação nos Paramentos, a implementação desse Acordo, dos compromissos assumidos. O Brasil foi um dos primeiros países a realizar esse compromisso. A Senadora Kátia Abreu foi Relatora da matéria, eu presidi a sessão, e, depois de ele ter passado na Câmara, nós conseguimos fazer a ratificação do Acordo, que era um compromisso assumido ainda pela Presidente Dilma.

Com isso, o Brasil seguiu tendo o seu protagonismo realçado, porque sediou a Rio 92, a Rio+20, foi sempre um País que tratou essa questão de maneira suprapartidária, que tratou de temas como a mudança do clima nas questões ambientais e da questão climática como algo do Estado brasileiro. As contribuições dadas foram enormes, seja pelo Itamaraty, seja pela então Ministra Izabella Teixeira, pelos governos do Presidente Lula, da Presidente Dilma. Agora, o Brasil foi à Marrakesh e eu estava lá, trabalhei, ajudei os ministros. Estavam lá o ministro da Agricultura, Blairo Maggi, o ministro do meio Ambiente, Zequinha Sarney, e todos trabalhamos juntos, defendendo os interesses do nosso país. Foram várias reuniões realizadas para que o Brasil tivesse uma posição unificada e ajudasse no diálogo com as demais nações.



Esse é um tema que tem que seguir sendo um tema do Estado brasileiro, porque o Brasil também é um dos maiores produtores de alimentos do mundo. Nosso País tem 2% da população do Planeta, mas fornece 7% da produção de alimentos, e há uma expectativa na FAO de que essa produção chegue a 10%.

Lá na COP, pude ajudar a restabelecer o diálogo que, para mim é fundamental, entre sociedade civil, organizações não governamentais, organizações da sociedade, empresariais, com o governo, com o parlamento. Acompanhado do Senador Fernando

Bezerra, da Senadora Vanessa Grazziotin e da Senadora Lídice da Mata, ajudamos nesse processo. Nós concedemos várias entrevistas às equipes de televisão cadastradas no evento e também para a Rádio Senado, para manter os nossos cidadãos bem informados do andamento dos trabalhos na COP22 e da participação da delegação brasileira durante os 12 dias do evento.



Eu fiz a leitura de uma carta assinada por dezenas de entidades não governamentais, representantes da sociedade civil, pelos deputados que estavam presentes na COP e os Senadores. Fui um dos autores dessa carta e nela pedimos que haja uma maior valorização das nossas florestas e, também, que haja uma maior valorização das populações que vivem na floresta.



O Brasil mudou a sua agenda e deixou de ser um dos países responsáveis pelas emissões, como éramos há dez anos, e fazendo a redução do desmatamento em quase 80%, com a colaboração dos Estados – é bom que se diga –, porque foi nos Estados, especialmente da Amazônia, que tivemos a redução, mesmo estando hoje num nível que, para nós é um piso perto de 6 mil quilômetros quadrados, que ainda é muito elevado, devemos reconhecer que foi um feito importante.





Vou seguir trabalhando, e precisamos do apoio de todos para que o Brasil seja líder nas negociações contra o aquecimento global. A sobrevivência do nosso planeta Terra depende do envolvimento de cada um de nós.



Senhor Presidente, Senador Eunício Oliveira, este é o Relatório que encaminharei ao Presidente da Comissão de Relações Exteriores.

Atenciosamente,

JORGE VIANA

Senador da República



SF/17108.27861-35